

Nota de imprensa

Coligação PSD/CDS/PPM há quatro anos a promover justiça social nos Açores

A Deputada Catarina Cabeceiras considera que o Governo Regional da Coligação PSD/CDS/PPM tem seguido um percurso “sem qualquer paralelo” na implementação de “reformas e novas políticas”, as quais geraram, nos últimos quatro anos, mais “justiça social” para os açorianos.

A líder parlamentar do CDS-PP discursava nesta quinta-feira durante um debate da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Desde a “redução de impostos” até à “Tarifa Açores”, Catarina Cabeceiras elencou uma série de medidas que contribuiriam para que hoje, na nossa Região, existam “mais empregados, menos desempregados e menos beneficiários do RSI [Rendimento Social de Inserção]”.

As desigualdades sociais têm sido ativamente combatidas através de uma série de medidas direcionadas às pessoas e às famílias, de que são exemplo “a simplificação do COMPAMID, o Nascer Mais, a evolução do ‘cheque pequenino’, as creches gratuitas, ou o projeto Novos Idosos”.

“Se isto não são tudo reformas e novas políticas que se têm implementado também na área social, não sei o que será”, venceu a parlamentar.

Ademais, Catarina Cabeceiras apontou “a visão deste Governo no apoio ao ensino superior”, desde logo através das “bolsas de estudo, em que temos uma valorização dos alunos que entram no ensino superior”, passando pelo “aumento do financiamento à tripolaridade da Universidade dos Açores” e ainda pela atribuição de “bolsas de estudo para doutoramentos”.

Por outro prisma, “se há Governo que tem apostado na valorização das carreiras profissionais, é este”, disse a deputada, admitindo que nessa matéria “ainda há muito por fazer”, mas considerando que “não se pode exigir que seja feito em quatro anos tudo o que não foi feito ao longo de 24 anos” de governação socialista.

Quanto à educação e à saúde, Catarina Cabeceiras clarificou que a posição do CDS-PP/Açores é de que estão em causa “direitos constitucionais de todos os portugueses” a que “o Estado deve assegurar um financiamento adequado destas áreas em igualdade de circunstâncias também nos Açores” por forma a garantir o seu acesso a todos os Açorianos.

Tal não prejudica que a Região Autónoma dos Açores “deva, sim, complementar com apoios que entenda necessários, dada a nossa realidade arquipelágica”, esclareceu.

Horta, 13 de março de 2025